

INFÂNCIA E PERSPECTIVAS AFRO-CULTURAIS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Educação das Relações Étnico-Raciais: desafios para a formação inicial

Marleide Rodrigues da Silva Perrude¹
Universidade Estadual de Londrina - perrude@uel.br

Resumo

O texto apresenta apontamentos de um estudo exploratório sobre o estado do conhecimento referente à Educação das Relações étnico- raciais e a formação inicial de professores, em especial, teses e dissertações publicadas entre os anos de 2017 e 2021. Enfoca especialmente as recomendações e os limites demarcados pelos trabalhos analisados para a formação antirracista de professores. As pesquisas continuam evidenciando o silenciamento e os tensionamentos que as relações raciais geram no interior da escola decorrente da ausência de formação.

Palavras-chaves: políticas públicas; relações étnico-raciais; formação de professores.

Introdução

O estudo propõe uma reflexão sobre o processo de formação inicial de professores da Educação Básica para a efetividade da Lei 10.639/2003² que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio³. Tais legislações, indutoras de uma política educacional, colocaram a questão racial na agenda nacional no

¹ Docente do Departamento de Educação, doutora em educação e Coordenadora do Núcleo de estudos Afro-Brasileiro.

² A Lei nº 10.639/2004 insere, na Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da educação Nacional, o Art. 26A que determina a obrigatoriedade do ensino do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

³ A lei 10.2639/2003 foi posteriormente modificada em 2008 pela Lei 11.645/2008, que altera o Art. 26A da Lei nº 9.394/1996, estendendo a obrigatoriedade para o ensino de histórias e culturas dos povos indígenas. No estudo, faremos a opção de fazer referência à Lei 10.639/2003.



INFÂNCIA E PERSPECTIVAS AFROCULTURAIS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

final do século XX e reafirmaram a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas. Foram resultantes da pressão do Movimento Negro - principal protagonista, que, historicamente, luta para dar expressividade à situação política e social do negro na sociedade brasileira.

A formação inicial e continuada de professores é apontada como um dos elementos essenciais, tendo sido destaque nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Entretanto a eficácia e a efetividade de uma Lei, em especial a 10.639/2003, não ocorrem de maneira natural. Ao longo de 19 anos, inúmeras ações vêm sendo propostas com o objetivo de garantir sua implementação, no entanto é sabido que sua efetivação no campo educacional depende de um conjunto de condições que possibilitem sua realização plena.

Metodologia

O estudo foi amparado em abordagem qualitativa. A compreensão dos dados ocorreu por meio da revisão bibliográfica e análise de documentos. Foram localizadas e analisadas teses e dissertações, dentro dos recortes temático e temporal de 2017 a 2021, considerou-se os descritores: formação de professores, relações-étnico-raciais e a lei 10.639/2003 e 11645/2008.

Discussão/Desenvolvimento/Resultados

As dificuldades de implementação da lei 10.639/2003 foram um dos principais limites declarados pelos pesquisadores, em especial, a formação de professores. Silenciamentos e ausências foi uma das categorias de destaque nas pesquisas analisadas. A falta de conhecimento crítico dos sujeitos sobre as relações étnico-raciais no Brasil foi também revelada nas pesquisas.

INFÂNCIA E PERSPECTIVAS AFROCULTURAIS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Rizzo (2018) expõe os desafios destacando a inclusão de disciplinas para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, sem a garantia de que sejam ministradas por professores com formação adequada. Identifica, a baixa carga horária das disciplinas e aponta a invisibilidade da temática. Santos (2018) discorre sobre a existência do racismo institucional, a prática de epistemicídio

no processo de formação discente e a existência de uma violência simbólica cometida contra os saberes e os corpos negros.

Considerações finais

Os estudos desenvolvidos no período revelaram que, apesar do reconhecimento da importância das Leis 10.639/2003 /11.645/2008 no espaço de formação de professores, sua abordagem no campo da legislação relativa à sua efetiva implementação ainda é marcada por barreiras, visto que sua presença se dá de maneira insipiente, isolada e desarticulada. As pesquisas continuam evidenciando o silenciamento e os tensionamentos que as relações raciais geram no interior da escola decorrente da ausência de formação.

Referências

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, DF, outubro, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 10.639**, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20/02/2020.

BRASIL, **Lei n. 11.645** – 10 de março de 2008. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

INFÂNCIA E PERSPECTIVAS AFROCULTURAIS NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

RIZZO, J. G. de S. A **Formação inicial de professores e as implicações para a educação das relações etnicorraciais nos cursos de pedagogia de MS**. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SANTOS, J. F. **ÒKÒTÒ**: dança desobediente afrocentrada, caminhos para a formação em Dança no Ensino Superior sob os estudos das relações étnico-raciais brasileiras. Salvador, 2018. 246 f.